

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.37, n.7-8, julho/agosto 2015

sumário

- 1 MERCADO DE TRABALHO: CONJUNTURA E PERSPECTIVAS
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 3 O CÂMBIO E AS INCERTEZAS PARA 2016
Francisco José Gouveia de Castro
- 9 TURBULÊNCIA CHINESA E EXPORTAÇÕES PARANAENSES
Guilherme Amorim
- 13 A RETRAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA EM 2015
Ana Sílvia Martins Franco
- 16 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 20 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SILVIO MAGALHÃES BARROS II - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

MARINA MARUYAMA MORI (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

LÉIA RACHEL CASTELLAR (*editoração eletrônica*)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

MERCADO DE TRABALHO: CONJUNTURA E PERSPECTIVAS

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**

Infelizmente, as projeções mais pessimistas referentes ao mercado de trabalho brasileiro vêm se concretizando. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a taxa de desocupação nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre subiu para 7,5% em julho de 2015, o maior percentual desde junho de 2010, em trajetória similar à dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), também produzida pelo mencionado instituto e não restrita aos grandes aglomerados urbanos.

Nesse último levantamento, o número de desempregados no País correspondeu a 8,3% da População Economicamente Ativa (PEA) no trimestre abril-maio-junho do presente exercício, o mais elevado nível da série histórica iniciada em 2012, ampliando a possibilidade de atingimento, em um horizonte de médio prazo, de uma taxa de desocupação de dois dígitos, apontada há pouco tempo apenas por previsões catastrofistas. Em outras palavras, a piora do mercado de trabalho vem impressionando pela velocidade e magnitude, a ponto de eliminar, em alguns meses, ganhos sociais conquistados em anos.

Em uma avaliação um pouco mais detalhada das estatísticas recentes, verifica-se que, não obstante a elevação do desemprego, a economia brasileira vem sendo capaz de manter o quantitativo de pessoas ocupadas, registrando, no segundo trimestre de 2015, tênues acréscimos de 0,17% e 0,20% em relação ao mesmo período de 2014 e ao trimestre imediatamente anterior, respectivamente. Em todos esses intervalos, o número de ocupados ficou próximo de 92 milhões.

Isso significa que o aumento da taxa de participação, representada pela razão entre a PEA e a População em Idade Ativa (PIA), é o principal determinante da ascensão do desemprego. Por sua vez, o crescimento dos economicamente ativos como proporção do total de pessoas em idade laboral está relacionado à necessidade de complementação da renda familiar no presente contexto de queda dos salários reais, após um longo período de elevação relevante dos rendimentos. Posto de outra forma, ingressos na força de trabalho vêm sendo mais intensos, sem uma resposta proporcional da oferta de empregos, devido à insuficiência de rendimentos para o cumprimento das obrigações familiares, que foram infladas, entre outros fatores, pelos crescentes financiamentos contratados pelas pessoas jurídicas no período recente.

Hoje, a taxa de participação no País alcança 61,3%, percentual que, embora seja o mais alto desde o último trimestre de 2013, ainda pode avançar razoavelmente. Em uma hipótese factível de manutenção da atual evolução das pessoas ocupadas, da PEA e da PIA, esta última com trajetória futura já solidamente definida pelas projeções demográficas, a taxa de participação subiria aproximadamente 0,5 ponto percentual até o final de 2015, o que redundaria em uma taxa de desemprego de cerca de 9%, com maiores impactos sobre os estratos intermediários e da base da estrutura social.

A propósito, o maior ônus imposto pela crise aos menos abastados já pode ser constatado nos resultados observados, com os trabalhadores mais escolarizados (nível superior completo) sendo os únicos a registrar uma taxa de desemprego ainda relativamente baixa (tabela 1). Conseqüentemente, o rendimento médio real dessa faixa vem apresentando maior resistência perante a crise, anotando pequenos aumentos no último resultado divulgado, no confronto com o mesmo intervalo do ano passado e o período imediatamente anterior (tabela 2).

* Diretor-presidente do IPARDES.

TABELA 1 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO, SEGUNDO NÍVEIS DE INSTRUÇÃO - BRASIL - 2.º TRIMESTRE DE 2014 E 1.º E 2.º TRIMESTRES DE 2015

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)		
	2.º trim. 2014	1.º trim. 2015	2.º trim. 2015
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	4,5	5,0	6,1
Fundamental ou equivalente incompleto	6,0	6,7	7,3
Fundamental ou equivalente completo	7,5	8,3	9,0
Médio ou equivalente incompleto	12,2	14,0	13,8
Médio ou equivalente completo	8,0	9,4	9,9
Superior ou equivalente incompleto	7,8	9,1	9,7
Superior ou equivalente completo	3,5	4,6	4,1
TOTAL	6,8	7,9	8,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

TABELA 2 - RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUAL DE TODOS OS TRABALHADORES, SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO - BRASIL - 2.º TRIMESTRE DE 2014 E 1.º E 2.º TRIMESTRES DE 2015

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$)		
	2.º trim. 2014	1.º trim. 2015	2.º trim. 2015
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	795,80	793,01	763,46
Fundamental ou equivalente incompleto	1.093,29	1.093,49	1.074,89
Fundamental ou equivalente completo	1.285,39	1.285,05	1.273,67
Médio ou equivalente incompleto	1.174,48	1.157,13	1.142,36
Médio ou equivalente completo	1.573,46	1.591,51	1.554,19
Superior ou equivalente incompleto	1.976,50	1.902,00	1.914,45
Superior ou equivalente completo	4.513,71	4.544,63	4.548,01
TOTAL	1.855,47	1.891,52	1.882,20

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

NOTA: Deflacionado pelo IPCA.

Enfim, as equivocadas políticas dos últimos anos, marcadas pelo populismo fiscal, pela ode ao aumento da demanda doméstica, sem atacar os entraves à oferta, e pelas intervenções em mercados, vêm cobrando o seu elevado preço, o que leva a reflexões sobre o período posterior ao ajuste, quando duas alternativas estarão colocadas. A primeira, com maiores possibilidades de efetivação, é representada pela simples utilização da ociosidade dos fatores de produção, incluindo o trabalho, que vem sendo aberta pela recessão. Essa opção contará com o apelo eleitoral do biênio 2017-2018, período em que reformas estruturais muito provavelmente serão evitadas.

A outra alternativa corresponde a uma agenda de reformas para a promoção da oferta, abrangendo mudanças trabalhistas, previdenciárias, tributárias, administrativas, entre outras. Com o avanço competitivo, seriam criadas condições mais propícias ao investimento, área em que o Estado brasileiro teria uma função muito mais orientadora e reguladora do que propriamente executora em termos de infraestrutura, incentivando a utilização de poupanças privadas. Concomitantemente, o referido aumento da competitividade, acompanhado de uma outra postura em relação aos acordos internacionais e às alíquotas do comércio exterior, promoveria a ascensão do grau de abertura, com a diversificação da pauta exportadora, que hoje apresenta um exagerado peso das *commodities*.

No linguajar econômico, as despesas de consumo final cederiam espaço à ampliação do capital fixo e do comércio exterior, em uma nova composição econômica que, embora não produza os benefícios rapidamente como uma estrutura concentrada no consumo familiar e governamental, não pecaria pelo caráter passageiro dos ganhos socioeconômicos, que são representados principalmente pelo crescimento do emprego.

O CÂMBIO E AS INCERTEZAS PARA 2016

Francisco José Gouveia de Castro*

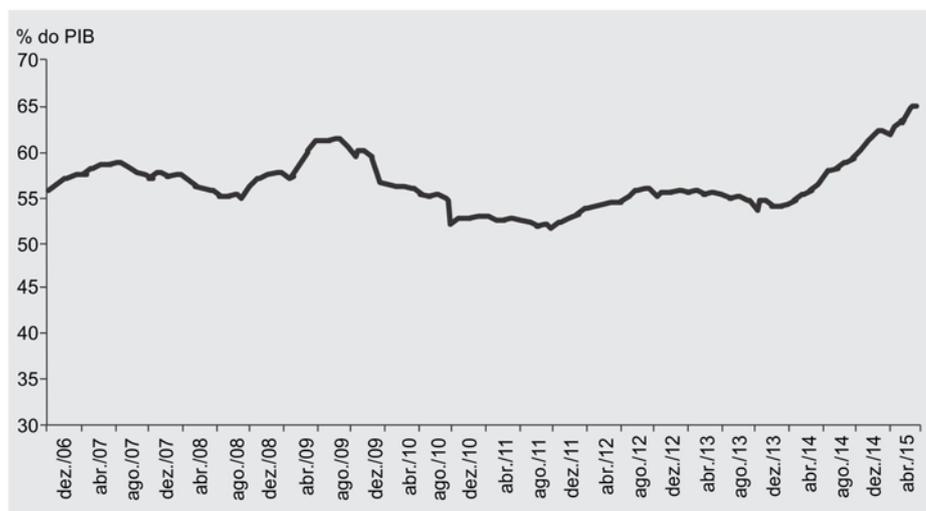
No início do primeiro semestre de 2015, o foco de atenção dos agentes tomadores de decisão, principalmente da iniciativa privada, é o comportamento da taxa de câmbio num contexto de indefinição política e econômica em âmbito nacional.

Após a divulgação do Orçamento de 2016, encaminhado ao congresso nacional, cuja previsão é de um déficit primário de R\$ 30,5 bilhões (0,5% do Produto Interno Bruto), o dólar fechou em alta de 1,4% e atingiu R\$ 3,633, em 31 de agosto.

A divulgação do Orçamento de 2016 provocou uma onda de compra de dólares e de venda de contrato de juros que pressionou a cotação da moeda americana e o aumento das taxas de longo prazo, devido ao risco iminente de o país perder o grau de investimento concedido pelas agências de classificação de risco. Além disso, cabe mencionar que o risco-país, medido pelo Credit Default Swap (CDS), chegou aos 360 pontos, novo pico em mais de seis anos.

A perda do *status* de bom pagador de seus compromissos, que ajuda a atrair capital externo, torna-se um risco ainda maior devido à piora na trajetória da dívida bruta em relação ao PIB que um déficit primário em 2016 deverá provocar.

GRÁFICO 1 - DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL - DEZ/2006-JUL/2015



FONTE: Banco Central do Brasil (BCB)

Antes deste novo cenário, o Banco Central já vinha acelerando o ritmo de intervenção no mercado de câmbio, aumentando a oferta de contratos de *swap* cambial, o que desestimula a procura pelo dólar impedindo assim a sua valorização, em oposição aos aumentos sucessivos dos juros básicos (Selic), de 14,25% ao ano, para conter a escalada da inflação. Porém, tal medida tende a atrair mais dólares, por meio das operações de arbitragem.

Na realidade, os ajustes que seriam necessários para a retomada do crescimento e a maior estabilidade econômica do país não foram implementados. Não há dúvidas de que estas seriam custosas em curto prazo, exigindo essencialmente a retomada da credibilidade fiscal, a recondução da inflação ao centro da meta, o realinhamento dos preços administrados e a diminuição do déficit externo.

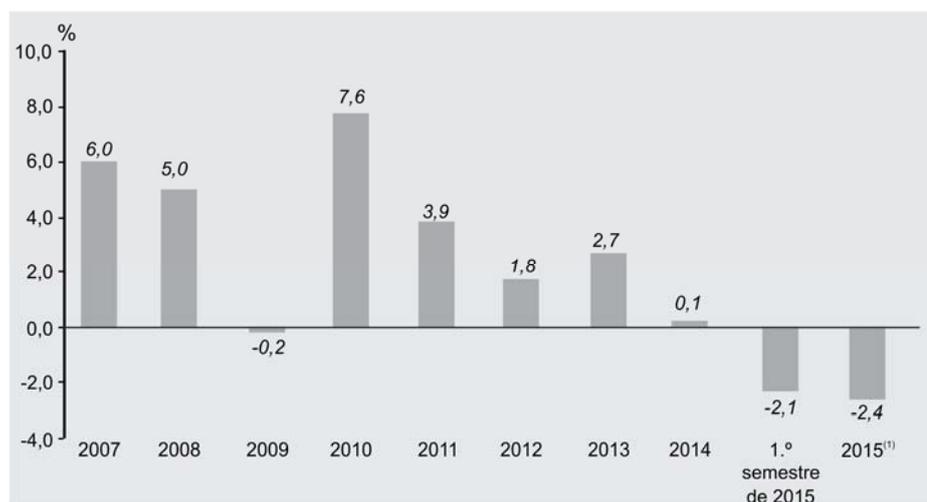
Ao contrário, a opção por medidas austeras não foi tomada no momento devido, levando o país a uma situação de baixo crescimento combinado com alto índice de inflação. De fato, a retomada da credibilidade requer aumento da poupança pública, realinhamento no sentido do realismo tarifário e melhoras das contas externas com um câmbio mais

* Economista, diretor do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

depreciado. Ou seja, um conjunto de ações que, por certo, deve elevar a inflação acima do teto da meta.

Em relação à economia real, a taxa de variação real do PIB vem registrando uma desaceleração acentuada desde 2010, com maior intensidade em 2014 (gráfico 2). No primeiro semestre de 2015, a contribuição negativa mais importante foi a queda da formação bruta de capital fixo (FBCF), com -9,8% em relação ao mesmo período de 2014, registrando resultados negativos nos últimos cinco trimestres. Cabe destacar ainda a queda dos dois últimos trimestres no consumo das famílias, que vinha com resultados positivos desde 2003.

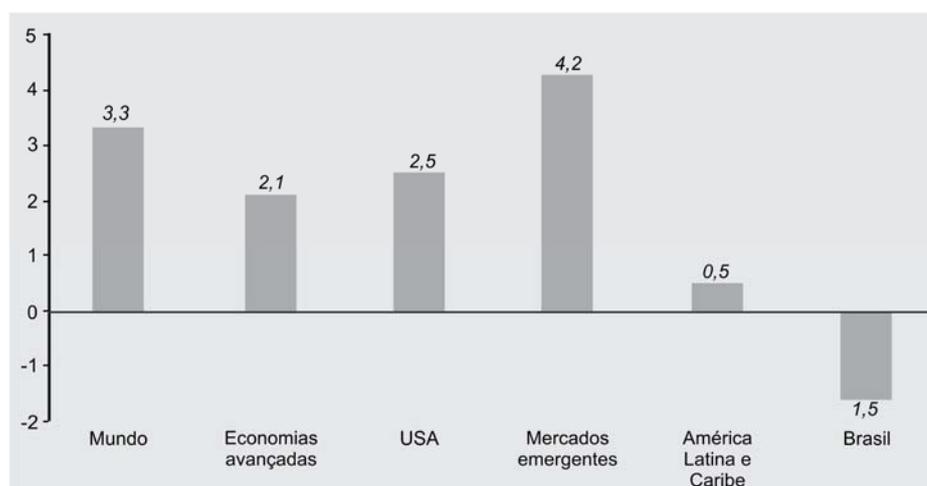
GRÁFICO 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO - TAXA DE VARIAÇÃO REAL NO ANO - BRASIL - 2007-2015



FONTES: BCB, IBGE
(1) Projeção (FMI)

As projeções divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em julho de 2015, apresentam um cenário pessimista no fechamento de 2015. Entre as principais economias do globo, apenas o Brasil e a Rússia deverão registrar taxa negativa, com redução do PIB em -1,5% e -3,4%, respectivamente. Ademais, os Estados Unidos vêm apresentando crescimento sustentável nos últimos anos – 2,2% em 2013, 2,4% em 2014, 2,5% em 2015, e projeta-se 3% para 2016 (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PIB - ECONOMIAS SELECIONADAS - 2015



FONTE: FMI-WEO

De acordo com os dados do FMI é possível observar que, ao contrário do restante do mundo, o Brasil vem registrando resultados pífios, consequência de uma política macroeconômica equivocada, com sucessivos pacotes de benesses oficiais, o que impõe como epicentro uma forte expansão do gasto público, de custeio e transferências.

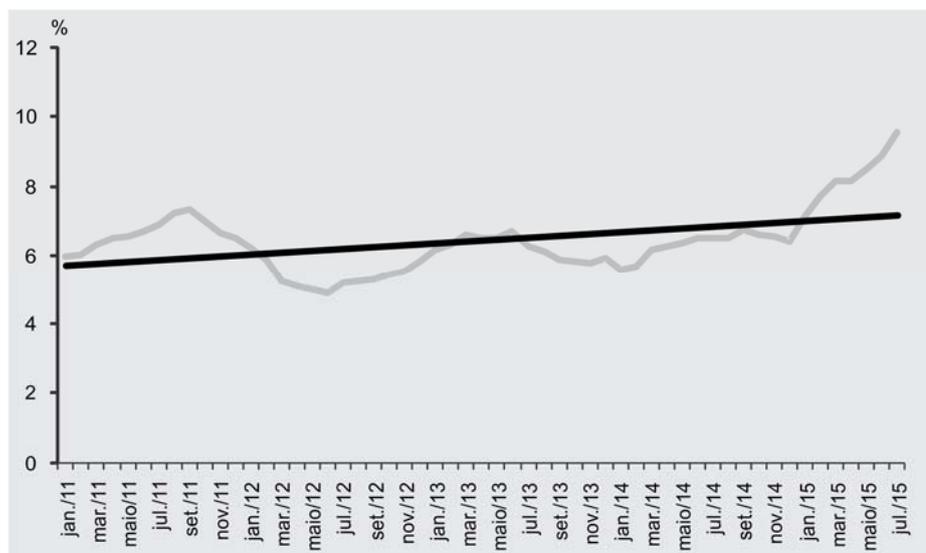
A nova matriz econômica, introduzida na gestão anterior, em substituição ao tripé macroeconômico, que deu sustentação ao Plano Real, foi um regime de política econômica que elevou o intervencionismo estatal na macro e microeconomia, na tentativa de induzir o crescimento. No campo macroeconômico, o Estado atuou pesadamente no câmbio, com o objetivo de impedir a valorização excessiva da moeda nacional diante do dólar; flexibilizou a meta de superávit primário, colocando em risco a solvência do Tesouro Nacional; utilizou a contabilidade criativa e as pedaladas fiscais e manteve a inflação no limite superior da banda de tolerância do regime de metas de inflação.

Adicionalmente a essas condições, cabe ressaltar o alto custo Brasil, com uma combinação de juros altos, inflação galopante, deficiências infraestruturais, elevação do custo do trabalho com reduzida produtividade.

A inflação ao consumidor, no acumulado do ano, encerrado em julho, registrou variação de 6,83%, bem acima dos 3,76% de igual período de 2014, apontando a alta mais elevada para o período de janeiro a julho desde 2003 (6,85%). Os números são o reflexo do ajuste de preços relativos em curso no país e seguem em elevação se observada a inflação no acumulado em doze meses, quando atingiu 9,56% acima dos doze meses imediatamente anteriores (gráfico 4).

Cabe lembrar que, ao longo de 2014, o governo central optou por utilizar o controle de preços como instrumento de política monetária para conter a inflação. Já, em 2015, o governo passa a adotar o realismo tarifário, ao recompôr os preços administrados, repressados dos combustíveis, transporte público e energia elétrica.

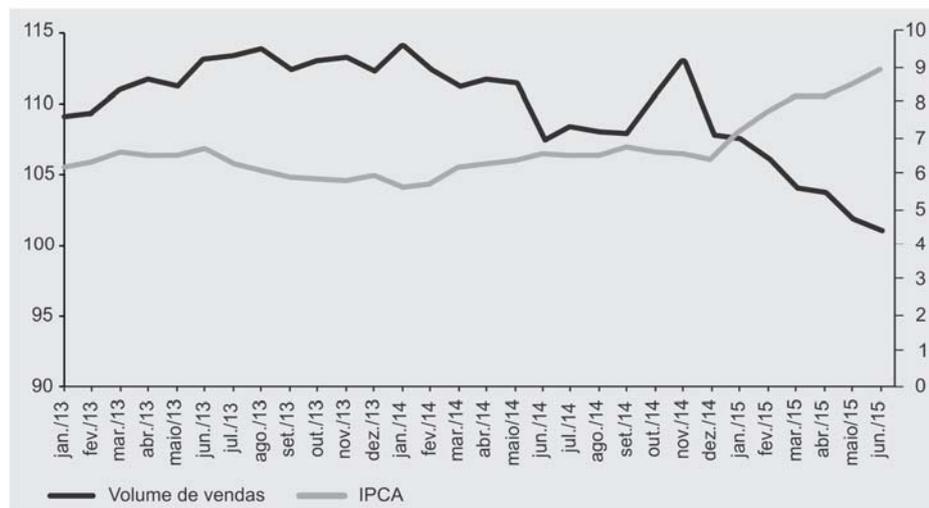
GRÁFICO 4 - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) - EM 12 MESES - 2011-2015



FONTE: Banco Central do Brasil

Cabe ressaltar que há uma relação inversa entre a escala da inflação e a redução das vendas no comércio varejista, na versão ampliada, segundo dados do IBGE, o que pode ser observado na série histórica, que compreende o período de janeiro de 2013 a junho de 2015 (gráfico 5). De fato, a escalada da inflação tem comprometido o poder de compra das famílias, juntamente com o aumento da taxa de juros e das expectativas negativas quanto ao futuro da economia.

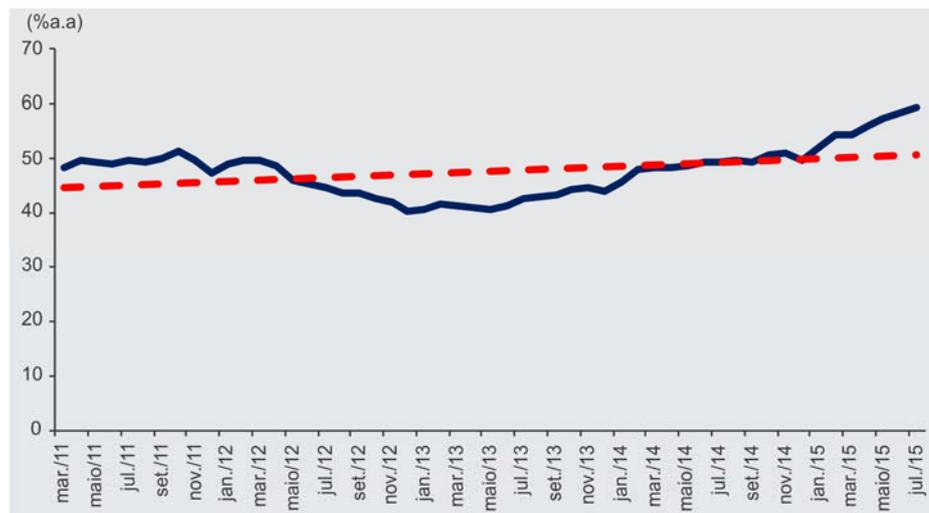
GRÁFICO 5 - RELAÇÃO ENTRE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO E ÍNDICE DE INFLAÇÃO (IPCA)



FONTE: IBGE

A taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres, pessoa física, alcançou 59,6% a.a., no mês de julho, com destaque para os aumentos em crédito pessoal não consignado (1,1 p.p.), cartão de crédito rotativo (23,2 p.p.) e cheque especial (5,6 p.p.), em relação a junho (gráfico 6).

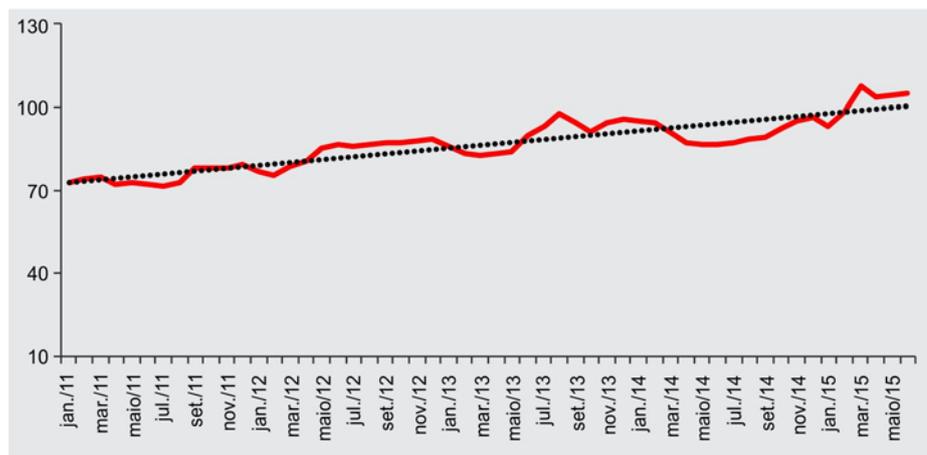
GRÁFICO 6 - TAXA MÉDIA DE JUROS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES - PESSOA FÍSICA TOTAL - 2011-2015



FONTE: Banco Central do Brasil (BCB)

No que tange à taxa de câmbio, os dados apontam para a subida acentuada do índice da taxa de câmbio efetiva real (descontada a inflação), seguindo a tendência histórica, compreendida entre janeiro de 2011 e junho de 2015 (gráfico 7).

GRÁFICO 7 - ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (IPCA) - JAN/2011-JUN/2015



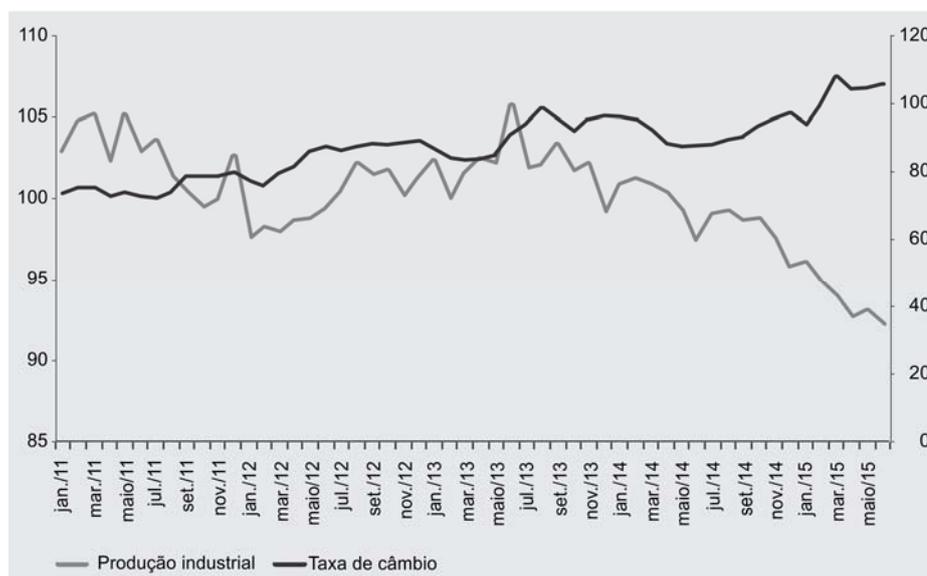
FONTE: Banco Central do Brasil

Contudo, a taxa de câmbio ainda não demonstrou efeito significativo para a recuperação das atividades fabris que operam no Brasil. Particularmente, é difícil calcular a defasagem temporal entre causa e efeito da competitividade e o índice de taxa de câmbio, devido às diferentes naturezas da indústria.

Com a depreciação da taxa de câmbio, as indústrias com maior produtividade tendem a ter maior facilidade para recuperar a competitividade. Por outro lado, setores que não possuem uma condição diferenciada de produtividade deverão promover a reestruturação produtiva visando à sua sobrevivência, com forte propensão para o encerramento de suas atividades, uma vez que estão em situação de desvantagem tecnológica.

Porém, além da combinação entre taxa de câmbio, demanda mundial e termos de troca, fatores relacionados à macro e microeconomia são importantes na definição do comportamento do setor industrial. Não por acaso, o setor vem sofrendo pressão devido à orientação de crescimento voltado ao mercado interno, que demonstra sinais de esgotamento ao longo do tempo. De fato, a pressão que o câmbio vem exercendo na estrutura de custo do setor manufatureiro nacional também conta como um fator importante nos resultados apresentados ao longo de 2014 e primeira metade de 2015.

GRÁFICO 8 - RELAÇÃO ENTRE ÍNDICE DE TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (IPCA) E PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - BRASIL - JANEIRO DE 2011-JULHO DE 2015



FONTES: BCB, IBGE

Para efeitos de conclusão, o apanhado de informações estatísticas utilizado na análise deste texto, em conjunto com as medianas das expectativas de mercado divulgadas pelo boletim Focus, corroboram uma visão pessimista em relação à economia nacional em 2016.

As previsões para o IPCA, na média, apontam para um crescimento de 5,58% em 2016, taxa reduzida se comparada à estimativa de 9,29% no fechamento de 2015.

Em relação à taxa de câmbio, os agentes trabalham com a expectativa de fechamento de R\$/US\$ 3,6 em 2015 e R\$/US\$ 3,7 para 2016. Mesmo diante de uma depreciação da moeda nacional, prevê-se que a produção industrial deve declinar 6% em 2015 e registrar leve recuperação em 2016 (0,72%).

Quanto à dívida líquida do setor público, as projeções apontam para 36,5% do PIB em 2015 e 38,9% em 2016.

Ainda, segundo o boletim, a mediana das expectativas de mercado aponta uma redução da taxa de crescimento do PIB em 2015 (-2,44%) e 2016 (-0,5%), prolongando para o próximo ano o período de recessão.

A volatilidade do mercado de capitais da China, que contaminou bolsas de valores em todo o mundo e provocou corte de juros e de taxas de depósitos compulsórios pela autoridade monetária do país, pôs em dúvida as estratégias dos governantes chineses para o longo prazo (transição de uma economia calcada em investimentos para uma movida a consumo) e para o curto (prevenção de brusca desaceleração do crescimento ante elevado grau de endividamento privado).

De um modo geral, a retração do mercado acionário foi provocada pelo fim de uma bolha de liquidez no setor financeiro, com intensa ramificação na construção civil – particularmente na expansão da oferta de imóveis residenciais. O conjunto dos títulos negociados dobrou de valor nos doze meses terminados em junho, com considerável parcela de pequenos investidores contraindo empréstimos para entrar no mercado. A popularização do mercado foi incentivada pelo governo central através de instrumentos de financiamento de margens, que reduzem riscos. Esse processo, contudo, estimulou os entrantes a investir em companhias com duvidosa governança corporativa, em busca de lucros no curtíssimo prazo.

O gatilho para a venda em massa foi o anúncio de que esses instrumentos seriam restringidos. Inicialmente promovidos como mecanismos de suporte a uma economia que desacelerava em 2008, tornaram-se por demais custosos. Para além disso, à medida que novas empresas sem tradição de rigor contábil passaram a ser negociadas por neófitos, a volatilidade cresceu.

Na Bolsa de Xangai, houve necessidade – em mais de um dia de negócios – do uso de *circuit breaker*, interrupção da venda de determinado título quando seu preço registra queda diária de 10%. Em um dos pregões, mais da metade das companhias estiveram sujeitas a esse mecanismo.

Para reverter o pessimismo dos investidores, as autoridades elevaram a liquidez do mercado, através da redução das taxas de juros e da taxa de recolhimento de depósitos compulsórios. Uma vez que os juros básicos já seguiam em trajetória declinante, com cinco reduções desde novembro, e a taxa dos compulsórios havia recebido quatro cortes desde fevereiro, tais medidas tiveram pouca eficácia na contenção do desmoronamento dos preços de títulos e ações.

Essa desconfiança em relação à condução macroeconômica chinesa foi ampliada com a desvalorização do yuan em meados de agosto. Esse movimento foi diagnosticado como um ajuste preventivo ante a elevação da taxa de juros estadunidense e o reconhecimento da China como economia de mercado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em novembro de 2016. A versão oficial menciona a pretensão de que a moeda seja incluída, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na lista de moedas de reserva. A maior sensibilidade da cotação do yuan às forças de mercado tornaria o organismo mais receptivo a elevar a moeda ao patamar onde se encontram o dólar, o euro, o iene e a libra esterlina. Tal explicação carece de fundamentação, uma vez que o FMI somente considera moeda de reserva aquela emitida por autoridade monetária que admite livre mobilidade de capitais, algo inexistente na China. Receios de que a economia chinesa entre em um ciclo deflacionário também foram formalmente expressos, essa uma explicação plausível.

O modo como a desvalorização ocorreu, ademais, pôs em dúvida a sapiência do Banco Popular da China (BPC), a autoridade monetária do país. O anúncio de que a banda de flutuação entre yuan e dólar seria flexibilizada gerou pressão adicional pela queda da moeda local – com força imprevista pelo BPC. Assim, uma depreciação de 1,9% foi sucedida, no dia seguinte, por nova retração de 1,62%. Para sustentar a nova banda cambial, a instituição se desfez de US\$ 93,6 bilhões de suas reservas em agosto, volume mensal inédito.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

As consequências imediatas da depreciação do yuan, de todo modo, residem na menor rentabilidade das empresas internacionais cujo faturamento depende do mercado chinês e em impulso às exportações de indústrias locais, particularmente as de bens de capital e de bens de consumo durável. Por outro lado, representa expansão dos débitos de companhias locais endividadas em dólar. Estima-se que apenas as não financeiras respondam por um montante superior a US\$ 1 trilhão contraídos fora da China. Construtoras e incorporadoras de imóveis residenciais são empresas particularmente vulneráveis, dado seu grau de endividamento. Análise do Banco Jefferies, sediado nos Estados Unidos, apontou que as empresas chinesas do setor têm, em média, 40% de seu endividamento dolarizado e a contratação de *hedge* não é disseminada.

A dinâmica da economia chinesa influenciará o desempenho das exportações paranaenses, dado o peso do país no rol de destinos dos produtos do Estado (tabela 1). Os efeitos sobre as vendas do Paraná e do Brasil tendem a apresentar sensíveis diferenças. Prevê-se, por exemplo, que a contração na demanda por minério de ferro acentuar-se-á, fato relevante na pauta brasileira de vendas ao exterior. A exportação dessa *commodity* apresentou diminuição de 6,54% no volume exportado, nos doze meses terminados em julho. O valor dessas transações, dada a queda na cotação, registrou constrição de 50,72%. Os produtos exportados pelo Paraná para a China, entretanto, estão sujeitos a menor elasticidade de demanda.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, POR DESTINO - AGOSTO A JULHO - 2013-2014 E 2014-2015

PAÍS	AGOSTO DE 2013 A JULHO DE 2014		AGOSTO DE 2014 A JULHO DE 2015		VAR. (%)
	Export. (US\$ FOB)	Part. (%)	Export. (US\$ FOB)	Part. (%)	
China	4 582 724 808	25,47	3 189 196 255	21,03	-30,41
Argentina	1 687 371 185	9,38	1 085 379 531	7,16	-35,68
Estados Unidos	702 616 274	3,91	715 705 477	4,72	1,86
Arábia Saudita	560 647 575	3,12	578 717 940	3,82	3,22
Paraguai	607 873 122	3,38	569 706 131	3,76	-6,28
Alemanha	678 066 449	3,77	564 456 265	3,72	-16,76
Países Baixos (Holanda)	787 982 510	4,38	561 353 543	3,70	-28,76
Índia	195 707 927	1,09	374 372 823	2,47	91,29
Rússia	269 190 613	1,50	370 598 050	2,44	37,67
Japão	335 193 709	1,86	358 749 828	2,37	7,03
Outros	7 584 956 082	42,16	6 795 317 472	44,81	-10,41
TOTAL	17 992 330 254	100,00	15 163 553 315	100,00	-15,72

FONTE: MDIC-SECEX

NOTAS: A exportação para a China inclui aquelas destinadas a Hong Kong e Macau.

Elaboração do IPARDES.

Dois produtos dominam a pauta de exportação paranaense para aquele país: soja em grão, com 72,19% de participação nos doze meses terminados em julho, e carne de frango *in natura*, com 12,62% na mesma comparação (tabela 2). Ressalte-se que os embarques de soja no ano corrente ocorreram em período posterior aos de 2014, mormente por razões climáticas.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima que a demanda chinesa por soja em grão alcance 91,7 milhões de toneladas em 2016, sendo 86,2% desse volume importado. Essa projeção representa crescimento, em relação ao ano corrente, de 6,6% em seu consumo e 2,6% no volume importado. O FMI estima que a cotação média da oleaginosa no mercado internacional, em trajetória descendente, chegará ao final de 2016 com queda de 7,19% em relação à registrada no segundo trimestre do ano corrente.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES PARA A CHINA - PRINCIPAIS PRODUTOS - AGOSTO A JULHO - 2013-2014 E 2014-2015

PRODUTOS	AGOSTO DE 2013 A JULHO DE 2014		AGOSTO DE 2014 A JULHO DE 2015		VAR. (%)
	Export. (US\$ FOB)	Part. (%)	Export. (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja em grão	3 551 549 847	77,50	2 302 263 180	72,19	-35,18
Carne de frango <i>in natura</i>	343 537 315	7,50	402 502 426	12,62	17,16
Papel	74 470 742	1,63	92 810 290	2,91	24,63
Óleo de soja bruto	277 621 156	6,06	86 865 357	2,72	-68,71
Couro	103 518 984	2,26	80 931 670	2,54	-21,82
Açúcar bruto	14 724 529	0,32	44 035 474	1,38	199,06
Carne suína <i>in natura</i>	41 474 994	0,91	35 831 429	1,12	-13,61
Demais carnes	31 264 545	0,68	27 529 399	0,86	-11,95
Carne bovina <i>in natura</i>	27 390 751	0,60	21 190 984	0,66	-22,63
Madeira serrada	17 849 461	0,39	14 147 800	0,44	-20,74
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	4 966	0,00	10 514 463	0,33	(1)
Partes de motores para veículos	12 117 819	0,26	4 408 278	0,14	-63,62
Demais produtos metalúrgicos	806 622	0,02	4 406 253	0,14	446,26
Madeira laminada	3 265 978	0,07	2 916 119	0,09	-10,71
Suco de laranja congelado	218 160	0,00	2 523 358	0,08	(1)
Demais produtos têxteis	2 062 399	0,05	1 569 135	0,05	-23,92
Café solúvel	1 983 164	0,04	1 358 936	0,04	-31,48
Ferramentas	1 638 320	0,04	1 299 553	0,04	-20,68
Demais materiais elétricos e eletrônicos	456 592	0,01	1 182 999	0,04	159,09
Refrigeradores e congeladores	127 354	0,00	1 130 348	0,04	787,56
Demais produtos químicos	2 162 409	0,05	1 039 185	0,03	-51,94
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	9 114 928	0,20	908 946	0,03	-90,03
Plásticos e suas obras	352 991	0,01	869 374	0,03	146,29
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto tratores	55 755	0,00	821 551	0,03	(1)
Outros	64 955 027	1,42	46 139 748	1,45	-28,97
TOTAL	4 582 724 808	100,00	3 189 196 255	100,00	-30,41

FONTES: MDIC-SECEX

NOTAS: Inclui exportações para Hong Kong e Macau.

Elaboração do IPARDES.

(1) Variação superior a 1.000%.

Nesse tocante, há que se considerar a incerteza acerca da qualidade dos grãos estocados na China. Notícias de que autoridades responsáveis pela manutenção dos depósitos compravam grãos degradados ou velhos, os classificavam como novos e embolsavam a diferença de preços, puseram em dúvida – no início do ano – a higidez dos produtos armazenados. Preços de grãos são tabelados e subsidiados pelo governo e qualquer alteração nesta política sofre resistência das burocracias política e militar. O volume de grãos armazenados que se provar impróprio para o consumo influenciará, no curto prazo, a cotação dessas mercadorias. O país possui os maiores estoques de arroz, milho e trigo do mundo, e o terceiro maior de soja.

O FMI também prevê que, entre o segundo trimestre de 2015 e o último do próximo ano, o preço da carne de frango crescerá 5,36%. A Food and Agriculture Organization (FAO), organismo das Nações Unidas, avalia que a demanda pelo produto elevar-se-á 1,07% na China entre 2015 e 2016, sendo que 2,58% do volume será importado. A proporção de carne de frango importada pelo país, em relação ao consumo, tem se mantido em patamar baixo como resultado de programa de subsídios que almeja a autosuficiência na produção de todas as carnes.

Por outro lado, os produtores paranaenses de soja e carne de frango têm enfrentado escalada de custos. O Departamento de Economia Rural (DERAL), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, estimou que o custo total de produção da soja com

plantio convencional cresceu 11,83% entre maio de 2014 e o mesmo mês deste ano (dato mais recente). Há que se considerar, ainda, que fertilizantes e agrotóxicos são altamente sensíveis a oscilações cambiais. A avaliação de maio calculou que esses elementos correspondiam a 9,50% e 4,30% do custo total de produção.

A produção de carne de frango no Paraná apresentou elevação de 10,44% no custo total, segundo informações da Embrapa Suínos e Aves e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os fatores que mais influenciaram esse aumento foram energia elétrica (variação de 95,78% entre julho de 2014 e o mesmo mês de 2015), serviço de apanha (50,91%) e água (37,21%).

A RETRAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA EM 2015

Ana Sílvia Martins Franco*

A última publicação da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), divulgada pelo IBGE, referente ao ano de 2015, apontou forte retração da indústria brasileira. A produção nacional recuou 6,6% no período, na comparação com 2014, com variação negativa em praticamente todos os estados que abrangem a pesquisa (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL -
BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO -
JANEIRO-JULHO-2015

BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VARIAÇÃO (%)
Brasil	-6,6
Amazonas	-15,2
Pará	6,8
Ceará	-8,9
Pernambuco	-2,2
Bahia	-7,2
Minas Gerais	-7,0
Espírito Santo	14,9
Rio de Janeiro	-5,3
São Paulo	-8,9
Paraná	-7,1
Santa Catarina	-6,7
Rio Grande do Sul	-9,8
Mato Grosso	0,3
Goiás	-2,6

FONTE: IBGE

O ritmo de produção nesses locais sofreu influência da desaceleração na fabricação de bens de capital, que reduziu 20,9% de janeiro a julho de 2015 (tabela 2), com destaque para equipamentos de transporte industrial (caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões e veículos para transporte de mercadorias), com queda de 28,6%. Cabe ressaltar que os bens de capital exprimem o investimento no setor fabril e geram impactos no resultado do Produto Interno Bruto (PIB). Em relação aos bens intermediários, a diminuição foi de 3,4%, com menor fabricação de derivados do petróleo, autopeças, produtos têxteis, produtos siderúrgicos, produtos de metal, petroquímicos básicos, resinas termoplásticas e defensivos agrícolas.

Na categoria dos bens de consumo (-8,7%), a produção de bens de consumo duráveis apresentou o segundo maior recuo, de 14,2%, vindos de automóveis, eletrodomésticos (linhas branca e marrom), motocicletas e móveis. A demanda por bens de consumo duráveis está diretamente ligada ao crédito, que por sua vez está restrito, e à renda, que encolheu, em razão da inflação. Os bens de consumo semi e não duráveis caíram 7,0%, especialmente por conta dos produtos têxteis, medicamentos, vestuário, bebidas, alimentos e gasolina. Estes também estão relacionados ao rendimento das famílias.

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - VARIAÇÃO (%) DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO - BRASIL - JANEIRO-JULHO-2015

CATEGORIA ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%)
Bens de capital	-20,9
Bens intermediários	-3,4
Bens de consumo	-8,7
Bens de consumo duráveis	-14,2
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-7,0

FONTE: IBGE

Os únicos estados que mostraram resultados positivos neste ano foram Espírito Santo (14,9%) e Pará (6,8%), em função do desempenho do setor extrativo, que cresceu 8,4% (tabela 3), com maior produção de minério de ferro e petróleo, e Mato Grosso, que permaneceu estável (0,3%).

TABELA 3 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - BRASIL - JANEIRO-JULHO-2015

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	-6,6
Indústrias extrativas	8,4
Indústrias de transformação	-8,5
Fabricação de produtos alimentícios	-3,8
Fabricação de bebidas	-7,6
Fabricação de produtos do fumo	-8,3
Fabricação de produtos têxteis	-10,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-10,5
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-4,3
Fabricação de produtos de madeira	-3,2
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,3
Impressão e reprodução de gravações	-11,9
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-6,0
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	-3,8
Fabricação de outros produtos químicos	-3,6
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-15,5
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	-6,5
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	-5,4
Metalurgia	-7,6
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-9,2
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-29,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-6,8
Fabricação de máquinas e equipamentos	-11,4
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-20,2
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-5,8
Fabricação de móveis	-8,7
Fabricação de produtos diversos	2,9
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	-5,3

FONTE: IBGE

A indústria de transformação registrou retração de 8,5%, com perfil disseminado de queda. Os piores resultados vieram da indústria de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-29%), seguida por veículos automotores, reboques e carrocerias (-20,2%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-15,5%).

A contração na fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos foi ocasionada pelo menor manufaturamento de televisores, *laptops*, *notebooks*, *tablets*, telefones celulares, monitores para computadores, computadores, DVDs, *home theaters*, placas de circuito para informática, peças e acessórios para máquinas de processamento de dados e impressoras multifuncionais. Como vivenciamos um cenário de

inflação elevada, redução da massa salarial e endividamento das famílias, esses itens que, por seu turno, não são essenciais, sofreram redução na demanda, o que levou à diminuição em sua produção.

Do mesmo modo, a indústria automobilística sente os reflexos da contração nas vendas, oriundos, além da inflação e do endividamento, da diminuição do crédito, da alta dos juros e da falta de confiança do consumidor em relação aos rumos da economia do país, por conta da recessão e das incertezas em relação à política econômica. As vendas no setor de veículos caíram 15,6% no primeiro semestre de 2015. Por conta disso, as montadoras necessitaram adequar a produção à demanda e implantaram programas de demissão voluntária, suspensão dos contratos de trabalho através de *lay-off*, redução na jornada de trabalho, férias coletivas e até mesmo a demissão de colaboradores.

Isso posto, a Caixa Econômica Federal assinou convênio com entidades do setor automotivo – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS) e Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE) – para a liberação de aproximadamente R\$ 5 bilhões para capital de giro e investimentos, até o final do ano. O objetivo é fomentar o setor automobilístico e sua cadeia produtiva, através da liberação de crédito em condições especiais, com taxas reduzidas, destinadas às empresas que se comprometerem com manutenção de empregos. Existe, ainda, a intensão de beneficiar outros setores, como construção civil, eletroeletrônicos, telecomunicações, papel e celulose, fármacos e químicos.

O Banco do Brasil também anunciou acordo com as mesmas associações do ramo automobilístico, a fim de facilitar o crédito, na tentativa de estimular a atividade. O aporte destinado ao financiamento de fornecedores da cadeia automotiva e, também, do setor de máquinas e implementos agrícolas e caminhões, pode chegar a R\$ 3,1 bilhões. O intuito é disponibilizar capital de giro até mesmo para operações de longo prazo, com produtos ainda previstos para serem entregues, de modo a prematurar o fluxo financeiro às empresas.

Contudo, essa medida não deverá ser suficiente para alavancar a indústria automobilística, uma vez que, no Brasil, houve sobreinvestimento no setor, em razão das políticas de proteção, além da baixa demanda interna, que, por conta das incertezas em relação à economia, deve continuar fraca.

Em relação à indústria de farmoquímicos e farmacêuticos, a contração ocorreu especialmente pela redução na produção de medicamentos, que foi bastante afetada pela alta do dólar, uma vez que 90% dos insumos vêm do exterior. Ademais, soma-se a este fator o impacto do aumento dos custos com energia elétrica, frete e mão de obra, este devido ao corte das desonerações da folha de pagamento, além do fato de que esses produtos têm seus preços controlados pelo governo.

Observa-se que a retração da indústria brasileira é reflexo do desaquecimento da economia, da diminuição na demanda doméstica, motivada pela inflação elevada, que promove a redução do ganho real dos trabalhadores e a perda do poder de compra, do endividamento das famílias, do aperto monetário, com restrição na concessão de crédito, da alta nos juros e da falta de confiança, tanto dos consumidores como dos empresários, nos rumos da economia do país. Por consequência, as empresas frearam a produção a fim de ajustar os estoques à demanda. Contudo, essa medida tem provocado grande número de demissões e deve, ainda, gerar mais desemprego.

Cabe lembrar que a taxa de desocupação, calculada pelo IBGE através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que abrange seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre), foi de 7,5% da população economicamente ativa (PEA), em julho de 2015. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, também divulgada pelo IBGE, em 3.500 municípios, mostrou uma taxa de desemprego de 8,3% da PEA, no segundo trimestre de 2015.

AGROINDÚSTRIA

Cooperativa Frísia investe na produção de carne suína

Rebatizada como Frísia, a antiga Cooperativa Batavo alocará R\$ 40 milhões na implantação de unidade de produção de leitões no município de Carambeí (Região Centro-Oriental do Estado). Estima-se que o número de cooperados envolvidos na criação de suínos dobrará, e que estes investirão outros R\$ 80 milhões para atender as metas do projeto. As novas instalações serão capazes de abrigar cinco mil matrizes. A expectativa é de que cada uma delas gere, anualmente, 30 leitões.

A cooperativa avalia que as inversões serão capazes de quadruplicar a receita de sua divisão de carne suína até o final da década.

LOPES, Victor. Cooperativa Frísia investe R\$ 40 mi em unidade de produção de leitões. *Folha de Londrina*, 7 ago. 2015. *Economia & Negócios*, p.4.

MENDES, Luiz Henrique. Frísia, ex-Batavo, aprofunda verticalização das operações. *Valor Econômico*, São Paulo, 7 ago. 2015. *Empresas*, p.B12.

Coopavel construirá novas granjas

Sediada em Cascavel, na Região Oeste Paranaense, a Coopavel Cooperativa Agroindustrial construirá uma unidade produtora de leitões e duas unidades para a criação de matrizes de aves. Prevê-se que a planta de produção de carne suína entre em funcionamento em meados de 2017 e eleve em 250% a capacidade de processamento da cooperativa. As duas granjas, por sua vez, devem estar prontas no final do próximo ano.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), aprovou financiamento de R\$ 59 milhões ao projeto. Esse montante representa, aproximadamente, 85% do investimento a ser realizado.

BNDES financia paranaense Coopavel. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 ago. 2015. *Empresas*, p.B10.

AGROPECUÁRIA

Paraná exportará carne bovina para o Irã

O Irã reabriu seu mercado de carne bovina *in natura* para o rebanho paranaense. O Estado não tinha certificação para exportar para esse país desde 2012. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Brasil supre cerca de 80% das importações iranianas da mercadoria.

MENDES, Luiz Henrique. Irã reabre mercado para carne bovina do Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 ago. 2015. *Empresas*, p.B11.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/07/2015 e 31/08/2015.

** Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

INDÚSTRIA

Grupo Petrópolis construirá maltaria em Araucária

O Grupo Petrópolis alocará R\$ 200 milhões na construção de maltaria no município de Araucária (Região Metropolitana de Curitiba). A expectativa da companhia cervejeira é de que essa unidade entre em funcionamento até o início de 2018. Estima-se que a planta seja capaz de produzir, anualmente, 120 mil toneladas de malte – o que representa ao menos 25% da demanda projetada da empresa para aquele ano. Presentemente, a empresa importa 250 mil toneladas de malte do Uruguai e da Argentina.

A implantação da maltaria faz parte de plano de investimentos da companhia no Estado, que prevê a construção de uma indústria em local a ser definido. No ano passado, quando do anúncio desse plano, foram estimadas inversões de aproximadamente R\$ 800 milhões. Também em 2014, o grupo firmou contrato com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o desenvolvimento de sementes de cevada, e com a Bom Jesus Cooperativa Agroindustrial, sediada no município da Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba, para o fornecimento do grão. O Grupo Petrópolis controla 12 marcas de cerveja e possui sete fábricas no país.

BOUÇAS, Cibelle. Grupo Petrópolis fará maltaria em 2016. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 jul. 2015. Empresas, p.B9.

Witzenmann diversifica produção

Fabricante de componentes metálicos flexíveis com planta em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), a Witzenmann alocou cerca de 1,5 milhão de euros na modernização de suas linhas de produção. Tradicionalmente voltada para a indústria automotiva, a companhia ampliou a gama de produtos com o intuito de atender outros ramos da economia.

Fundada em 1884, a empresa de capital alemão opera no Brasil desde 2002.

JASPER, Fernando. Witzenmann sai à caça de encomendas. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 jul. 2015. Economia, p.1.

Grupo Guerra produzirá biopolímero em Pato Branco

Empresa especializada no desenvolvimento de sementes, o Grupo Guerra prepara-se para a produção de plástico feito a partir do milho. A tecnologia foi desenvolvida pela cooperativa francesa Limagrain, associada à companhia paranaense desde 2011 em outros projetos. O Grupo Guerra investiu aproximadamente R\$ 12 milhões nas obras de seu complexo em Pato Branco (Região Sudoeste Paranaense), e é incerto o valor que alocará na aquisição de maquinário.

O material ofertado será importado da França, inicialmente, até que se quantifique a demanda local. A Limagrain produz o biopolímero há cerca de sete anos.

CAETANO, Mariana. Grupo Guerra lança plástico de milho com francesa Limagrain. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 jul. 2015. Empresas, p.B12.

SIG Combibloc alocará R\$ 211 milhões em expansão

A planta da SIG Combibloc em Campo Largo (Região Metropolitana de Curitiba) passará por expansão, estimada em R\$ 211 milhões, que aumentará em 40% sua capacidade de produção. A expectativa é de que esse processo seja completado no segundo semestre do próximo ano, quando a unidade será capaz de fabricar 4,5 bilhões de embalagens anualmente.

A companhia de capital suíço recentemente realizou investimentos avaliados em R\$ 270 milhões, entre os quais a implantação de linha de laminação de papel-cartão com alumínio e polímeros – o que tornou prescindível a importação de material.

VOITCH, Talita Boros. SIG Combibloc investe R\$ 211 mi para ampliar fábrica no Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 jul. 2015. p.20.

Britanite é vendida a empresa chilena

Sediada em Quatro Barras, na Região Metropolitana de Curitiba, a Britanite teve seu controle adquirido pela Enaex, companhia chilena. A indústria paranaense de explosivos possui 12 plantas no Brasil e uma no Panamá. A Enaex detinha 33% da Britanite desde 2012 e, em agosto, obteve dos demais controladores (Grupo CR Almeida e Grupo Brescia) a integralidade de seu capital.

Fundada em 1961 e pertencente ao Grupo CR Almeida desde 1969, a indústria alcançou faturamento anual de R\$ 500 milhões, aproximadamente.

CHILENA Enaex adquire 100% da paranaense Britanite. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 06 ago. 2015. p.20.

FRIAS, Maria Cristina. Chilena compra fabricante de explosivo do Brasil. *Folha de S. Paulo*, 06 ago. 2015. Mercado, p.B2.

Positivo Informática diversifica e internacionaliza produção

A Positivo Informática montará e distribuirá no mercado brasileiro *notebooks* da Vaio, marca outrora pertencente à Sony e, atualmente, controlada pelo fundo Japan Industrial Partners. Sediada em Curitiba, a Positivo Informática fabricará os três modelos da nova linha em sua unidade de Manaus (AM). O desenvolvimento dos produtos será realizado pela Vaio e os serviços de pós-venda, pela companhia paranaense.

A empresa registrou prejuízo de R\$ 28,1 milhões no primeiro semestre, provocado por flutuações cambiais e pela retração na venda de computadores de mesa, *notebooks* e *tablets*. Somados, esses três segmentos apresentaram queda de 28% no número de unidades comercializadas. A divisão de telefones celulares, por outro lado, obteve melhor resultado, no mesmo período, com crescimento de 121% na quantidade de aparelhos vendidos.

Paralelamente, a planta da Positivo Informática em Ruanda foi inaugurada, com capacidade de montar 60 mil computadores por mês. O governo daquele país encomendou 750 mil unidades. A companhia planeja implantar, ainda, linhas de produção de aparelhos de ar condicionado, telefones celulares e televisores nesta fábrica.

BRIGATTO, Gustavo. Com Vaio, Positivo busca venda de PCs mais caros. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 jul. 2015. Empresas, p.B6.

POSITIVO Informática tem prejuízo de R\$ 39,6 milhões no segundo trimestre. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 ago. 2015. p.20.

SCHELLER, Fernando. Positivo já produz PCs na África e prevê expansão para TV e celular. *O Estado de S. Paulo*, 16 jul. 2015. Economia, p.B18.

Totvs adquire controle da Bematech

Fabricante de equipamentos de informática e desenvolvedora de *software* voltado ao comércio varejista e a diversos ramos do setor de serviços, a Bematech foi vendida para a Totvs, também produtora de ferramentas digitais de gestão corporativa, por aproximadamente R\$ 550 milhões. Fundada há 25 anos, a Bematech é sediada em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba).

Uma vez que a Totvs deterá a totalidade do capital da Bematech, planeja-se o fechamento do capital da empresa paranaense após a aprovação do negócio pelas respectivas assembleias de acionistas e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

MALTA, Cynthia. Totvs oferece R\$ 550 milhões pela Bematech. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 ago. 2015. Empresas, p.B5.

TOTVS retirará Bematech da bolsa. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 ago. 2015. p.19.

WALTRICK, Rafael. Totvs anuncia acordo para comprar paranaense Bematech. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 ago. 2015. p.16.

SERVIÇOS

Bristol Hotéis & Resorts investirá R\$ 250 milhões em 11 novas unidades

A rede paranaense Bristol Hotéis & Resorts inaugurará seis unidades até o final do próximo ano. A implantação desses hotéis representará ampliação de cerca de 50% no número de quartos ofertados pela companhia. Presentemente, a rede conta com 13 estabelecimentos e 1.719 quartos.

A empresa planeja, ainda, a construção de cinco unidades. Destas, três localizar-se-ão no Paraná, em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), Maringá (Norte Central) e Foz do Iguaçu (Oeste). Estima-se que esses 11 novos hotéis demandarão investimento de R\$ 250 milhões.

FRIAS, Maria Cristina. Rede hoteleira quase dobrará número de hotéis. *Folha de S. Paulo*, 21 jul. 2015. Mercado, p.B2.

Ferroeste planeja elevar movimentação de cargas

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste) investiu R\$ 4 milhões na aquisição de cinco locomotivas e 400 vagões graneleiros. O maquinário pertencia à Ferrovia Centro-Atlântica e permitirá à Ferroeste elevar a capacidade de movimentação de carga. Estima-se que, em 2015, a companhia transporte 800 mil toneladas de carga e que esse volume alcance 1,5 milhão de toneladas no próximo ano.

Controlada pelo Governo do Estado do Paraná, a empresa opera a ligação entre Cascavel (Região Oeste Paranaense) e Guarapuava (Região Centro-Sul).

FERROESTE compra cinco locomotivas e 400 vagões usados. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 05 ago. 2015. p.18.

Unicesumar implatará cinco novos *campi* no Paraná

Sediada em Maringá, na Região Norte Central Paranaense, a Unicesumar implantará, até 2018, *campi* em cinco municípios do Estado. Os empreendimentos demandarão aportes de R\$ 130 milhões, aproximadamente. Os novos estabelecimentos serão construídos em Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina e Araçongas.

A entidade investirá, ainda, R\$ 50 milhões em sua estrutura de ensino a distância. Os projetos da Unicesumar serão parcialmente financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

FRIAS, Maria Cristina. Centro universitário investe R\$ 180 mi em novos campi. *Folha de S. Paulo*, 26 ago. 2015. Mercado, p.B2.

VOITCH, Talita Boros. Unicesumar investe R\$ 180 mi em novos câmpus no Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 ago. 2015. p.20.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1982-2015

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961	303 000	96 000	317
1983	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396	440 000	354 000	805
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014 ⁽¹⁾	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015 ⁽¹⁾	28 033	164 524	5 867	30 450	822 325	27 006	44 499	71 928	1 616

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758	879 990	666 800	758
1983	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882	699 685	347 035	496
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014 ⁽¹⁾	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015 ⁽¹⁾	677 582	51 627 283	76 193	50 743	204 998	4 040	405 999	718 336	1 769

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1982-2015

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014 ⁽¹⁾	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015 ⁽¹⁾	78 167	183 449	2 347	164 458	4 269 940	25 694	2 459 872	15 686 780	6 377

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1982	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014 ⁽¹⁾	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015 ⁽¹⁾	5 215 202	17 153 837	3 289	4 280	259 847	60 712	1 320 528	3 962 696	3 001

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2015

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014 ⁽¹⁾	3 651 564	336 996	611 183
Janeiro	311 431	24 523	47 513
Fevereiro	288 778	24 479	44 661
Março	291 177	24 778	47 834
Abril	294 354	27 509	51 181
Maio	310 240	30 235	54 339
Junho	279 793	28 933	51 017
Julho	321 628	30 429	56 571
Agosto	298 737	29 042	52 441
Setembro	308 489	30 971	52 154
Outubro	328 427	30 375	53 541
Novembro	305 165	26 359	50 117
Dezembro	313 345	29 331	49 813
2015 ⁽¹⁾	947 149	65 354	155 012
Janeiro	318 584	22 882	51 602
Fevereiro	279 430	19 611	44 741
Março	349 135	22 862	58 669

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2015

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014 ⁽¹⁾	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 153	46,34	14 480	1,60	904 540
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 828	39,13	21 851	1,66	1 313 187
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 046
Abril	1 112 957	66,59	92 703	5,55	439 878	26,32	25 883	1,55	1 671 422
Maio	904 377	57,94	169 846	10,88	464 109	29,73	22 629	1,45	1 560 961
Junho	796 409	54,63	175 907	12,07	462 485	31,73	22 925	1,57	1 457 726
Julho	865 851	52,28	217 854	13,15	545 354	32,93	27 001	1,63	1 656 060
Agosto	772 531	51,30	229 046	15,21	474 976	31,54	29 245	1,94	1 505 798
Setembro	650 777	48,99	195 638	14,73	463 700	34,91	18 152	1,37	1 328 267
Outubro	497 613	39,90	213 169	17,09	520 139	41,70	16 370	1,31	1 247 290
Novembro	439 804	37,61	198 259	16,96	510 088	43,63	21 077	1,80	1 169 228
Dezembro	363 625	35,25	115 981	11,24	541 344	52,48	10 646	1,03	1 031 595
2015 ⁽¹⁾	4 742 970	53,40	894 692	10,07	3 126 920	35,21	116 794	1,32	8 881 375
Janeiro	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 902
Fevereiro	362 693	42,54	82 833	9,72	396 223	46,47	10 866	1,27	852 614
Março	679 033	54,44	81 296	6,52	471 656	37,82	15 273	1,22	1 247 258
Abril	836 330	60,46	91 827	6,64	437 100	31,60	17 972	1,30	1 383 229
Maio	677 287	54,06	132 889	10,61	427 685	34,13	15 087	1,20	1 252 947
Junho	945 529	55,49	178 702	10,49	556 352	32,65	23 404	1,37	1 703 988
Julho	895 131	58,22	151 773	9,87	467 683	30,42	22 850	1,49	1 537 437

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2015

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 629
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 228	18 767 763	- 1 373 534	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 202	19 345 381	- 1 106 178	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014 ⁽¹⁾	16 332 120	17 293 735	- 961 614	225 100 885	229 060 058	- 3 959 173
Janeiro	904 540	1 217 025	- 312 485	16 026 191	20 094 436	- 4 058 245
Fevereiro	1 313 187	1 304 130	9 057	15 933 832	18 062 419	- 2 128 587
Março	1 486 046	1 419 577	66 470	17 627 934	17 514 153	113 781
Abril	1 671 422	1 425 220	246 202	19 723 926	19 217 814	506 112
Maio	1 560 961	1 645 847	- 84 886	20 752 084	20 042 592	709 492
Junho	1 457 726	1 306 954	150 772	20 466 916	18 116 292	2 350 624
Julho	1 656 060	1 914 189	- 258 129	23 024 072	21 452 431	1 571 642
Agosto	1 505 798	1 414 218	91 581	20 463 308	19 301 759	1 162 548
Setembro	1 328 267	1 615 209	- 286 943	19 616 605	20 556 787	- 940 182
Outubro	1 247 290	1 217 468	29 821	18 329 650	19 507 029	- 1 177 380
Novembro	1 169 228	1 597 844	- 428 616	15 645 630	17 996 623	- 2 350 993
Dezembro	1 031 595	1 216 054	- 184 459	17 490 737	17 197 722	293 015
2015 ⁽¹⁾	8 881 375	7 746 088	1 135 287	112 862 206	108 254 237	4 607 968
Janeiro	903 902	1 055 903	- 152 001	13 704 045	16 876 182	- 3 172 138
Fevereiro	852 614	1 033 052	- 180 438	12 092 231	14 934 059	- 2 841 828
Março	1 247 258	1 127 010	120 247	16 978 969	16 521 503	457 465
Abril	1 383 229	1 043 200	340 029	15 156 275	14 665 765	490 510
Maio	1 252 947	1 077 136	175 811	16 769 183	14 008 394	2 760 790
Junho	1 703 988	1 236 987	467 001	19 628 438	15 101 163	4 527 275
Julho	1 537 437	1 172 800	364 637	18 533 066	16 147 171	2 385 895

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2015

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Jan./14
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	127,2	120,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	120,3	129,8
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	120,7	130,8
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	106,4	94,7
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	108,4	124,2
Móveis	100,00	107,3	103,3	97,1	109,1
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	118,2	137,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	140,5	130,1
Livros, jornais, revistas e papeleria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	83,8	146,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	70,9	58,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	141,0	128,9
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	119,7	123,5

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																	
	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai./14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai./15	Jun./15
Combustíveis e lubrificantes	120,5	124,5	120,7	127,7	119,2	133,4	131,8	126,3	138,4	132,4	130,3	124,5	130,7	109,1	128,9	124,6	129,2	124,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	109,3	117,9	117,0	114,1	109,0	114,7	118,3	113,5	121,0	121,8	157,2	118,0	132,8	116,0	119,2	116,5	113,2	110,3
Hipermercados e supermercados	109,4	118,0	117,3	114,2	109,3	114,9	118,6	113,8	121,4	122,3	158,7	118,6	134,2	116,7	119,6	117,1	113,4	110,7
Tecidos, vestuário e calçados	83,1	94,8	104,1	127,3	99,6	100,4	103,8	93,1	101,2	106,0	169,0	92,7	92,6	74,5	88,7	92,3	113,7	94,2
Móveis e eletrodomésticos	97,4	97,8	96,6	108,8	96,2	101,2	102,2	102,3	110,7	115,1	147,9	95,3	122,2	87,4	98,5	86,0	94,8	82,8
Móveis	86,4	87,0	86,9	96,2	83,3	92,3	88,9	94,0	103,8	102,8	134,3	80,8	103,6	78,6	83,2	73,2	77,8	68,6
Eletrodomésticos	106,8	107,1	105,0	119,6	107,1	109,1	113,6	109,8	117,2	125,8	160,0	107,5	137,8	95,1	111,3	96,9	109,0	94,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	124,1	140,9	138,4	142,9	132,9	143,4	145,1	138,2	151,2	142,1	156,1	141,6	141,0	136,2	151,4	138,8	141,7	140,7
Livros, jornais, revistas e papeleria	105,6	88,3	74,1	78,8	68,3	74,4	79,8	70,0	51,4	50,2	118,5	72,7	70,0	69,3	80,1	72,0	74,6	70,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	62,9	58,0	59,0	59,6	53,3	81,4	83,8	77,8	84,2	78,4	94,6	83,7	122,2	90,7	79,2	74,6	74,8	60,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	113,3	122,8	131,2	142,3	131,8	127,6	129,3	125,7	140,8	152,1	246,1	134,1	145,6	117,7	134,8	130,7	148,1	127,7
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	107,2	114,5	114,5	118,7	109,4	115,7	118,1	113,0	121,8	122,5	157,6	115,0	127,6	107,9	116,9	112,7	116,0	109,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2015

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)													
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Jan./14	Fev./14
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	97,3	91,4	94,6
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	96,2	78,0	81,3
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,5	101,4	96,8
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	120,9	120,1	116,8
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	100,5	94,6	83,7
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	100,7	91,8	90,0
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	101,5	97,1	97,8
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	106,5	107,5	104,2
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	110,5	108,8	113,9
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	96,2	97,3	93,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	106,3	95,0	105,0
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,1	115,6	104,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	82,4	82,1	103,2
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	94,0	87,8	94,7

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																
	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai/15	Jun./15
Indústria de transformação	95,4	92,8	102,3	87,5	104,5	105,7	101,0	107,1	98,7	86,8	88,1	81,1	80,7	90,7	90,6	92,3	93,0
Produtos alimentícios	87,7	93,6	104,0	95,2	107,1	113,4	103,4	113,9	96,0	80,5	91,0	73,6	72,8	89,9	97,9	103,2	108,8
Bebidas	113,6	101,9	92,4	78,4	99,0	95,5	107,0	115,5	115,9	136,5	102,5	123,6	105,1	116,4	94,6	88,3	86,8
Produtos de madeira	126,4	103,3	112,1	116,4	123,4	130,2	126,9	131,1	126,1	117,8	119,1	118,5	110,1	121,3	118,8	123,2	122,7
Celulose, papel e produtos de papel	101,0	94,3	87,6	95,2	98,8	99,8	106,1	113,9	112,4	118,6	101,4	102,9	89,8	106,4	100,4	101,8	107,0
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	101,2	97,4	111,2	102,9	107,9	109,7	104,0	106,5	99,6	86,3	92,8	74,9	82,5	96,1	96,0	103,7	103,7
Outros produtos químicos	78,1	87,4	107,9	101,1	111,7	120,4	104,8	111,0	99,8	101,3	97,9	109,0	88,5	85,7	92,2	106,8	105,2
Produtos de borracha e de material plástico	109,4	109,4	110,2	87,8	102,9	106,6	113,2	119,8	117,1	89,5	99,8	98,8	92,9	104,0	95,5	105,0	102,7
Minerais não metálicos	118,9	106,1	119,1	107,6	118,6	114,3	107,8	107,0	104,9	98,9	92,7	90,4	84,1	102,0	91,7	98,7	89,1
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	93,0	90,4	94,1	87,8	102,3	103,9	102,7	104,3	99,9	85,9	88,5	85,0	84,3	94,5	90,2	92,4	84,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	104,0	103,9	105,4	70,7	102,8	110,2	114,9	126,6	127,2	109,4	100,9	106,1	110,4	116,3	94,6	97,6	80,3
Máquinas e equipamentos	96,2	80,4	100,6	77,6	110,6	106,3	89,3	119,2	103,6	73,3	96,5	97,7	101,6	107,5	101,4	93,2	77,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	85,9	83,1	91,7	55,5	92,4	85,4	85,1	81,2	76,3	66,3	57,9	52,9	59,1	57,4	62,1	52,7	63,1
Móveis	89,0	87,9	93,1	76,4	92,8	95,8	99,5	108,8	108,9	92,9	81,5	89,0	76,3	91,5	84,4	78,2	69,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NO PARANÁ - 2012-2015

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL ⁽¹⁾	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	1 929,59	5,6
Abril-junho 2012	1 882,70	5,3
Julho-setembro 2012	1 944,34	4,6
Outubro-dezembro 2012	1 903,88	4,3
Janeiro-março 2013	1 959,57	4,9
Abril-junho 2013	1 953,87	4,5
Julho-setembro 2013	1 997,67	4,2
Outubro-dezembro 2013	1 992,40	3,7
Janeiro-março 2014	2 024,75	4,1
Abril-junho 2014	1 998,51	4,1
Julho-setembro 2014	2 010,91	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 067,87	3,7
Janeiro-março 2015	2 061,96	5,3
Abril-junho 2015	2 013,90	6,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R\$ de fevereiro de 2015.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2015

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
Jan.-Jul. 2015	- 7 842	- 2 289	- 7 240	14 103	4 999	-	1 731

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 2002-2014

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	1,98
2003	109 459	4,47
2004	122 434	5,02
2005	126 677	-0,01
2006	136 615	2,01
2007	161 582	6,74
2008	179 263	4,28
2009	189 992	-1,32
2010	217 290	10,01
2011	239 366	5,67
2012	255 927	1,26
2013 ⁽³⁾	287 966	4,61
2014 ⁽³⁾	308 986	0,80

FONTES: IPARDES, IBGE

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná.

